

ATA N.º 45 /2014

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2014

Aos trinta dias do mês de outubro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores António José Ferreira Sousa Correia Santos, Presidente, Jorge Alberto Bombas Amador, Vice-Presidente, Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves, Ângelo Miguel Ferreira Marques, Luís Lourenço Jorge Ganhão e Cristina Maria Luís Leitão, Vereadores, reuniu-se, extraordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Ordem do Dia:-----

----- Impostos Municipais:-----

-----1) Fixação de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2015;-----

-----2) Lançamento de uma derrama, para o ano de 2015;-----

-----3) Participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2015;-----

----- Documentos previsionais:-----

-----4) Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2015;-----

-----5) Orçamento do Município de Peniche, para o ano de 2015;-----

-----6) Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2015;-----

-----7) Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2015;-----

-----8) Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2015;-----

-----9) Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2015;-----

----- Cumprimento do preceituado na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:-----

-----10) Autorização prévia ao Município de Peniche para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano;-----

-----11) Autorização prévia aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano.-----

----- 2.º - Aprovação da minuta da ata.-----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, encontrando-se na sala os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado, por votação nominal, as seguintes deliberações: -----

IMPOSTOS MUNICIPAIS:

1) Fixação de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2015:-----

Durante a apreciação do ponto em epígrafe, usaram da palavra os seguintes membros da Câmara:

Presidente da Câmara, António José Correia:-----

Fez a apresentação da proposta para a fixação de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2015.-----

Vereador Luís Ganhão:-----

Disse que, tendo em conta a necessidade de se fazerem investimentos e de dar resposta ao que são as obrigações assumidas no âmbito do PAEL, e não se podendo fazer uma redução na taxa do IMI, em 2015, é razoável que se mantenha a taxa praticada em 2014.-----

Vereador Jorge Gonçalves:-----

Disse que:-----

- Gostaria que a proposta de fixação da taxa do IMI tivesse sido apresentada mais cedo, uma vez que a proposta de Orçamento Municipal foi construída com base numa taxa que pode sofrer alterações.-----

- A receita do IMI cresceu, nos últimos 9 anos, 70,7%, à média de 8% ao ano, contrariamente ao que era o crescimento da Contribuição Autárquica e do IMI entre 2002 e 2006, que foi de 22,7%, ou seja, uma média de 5,67 % ao ano.-----

- Em 2004, quando foi criada a taxa do IMI, com a salvaguarda de que ninguém pagaria mais do que 15 euros relativamente ao valor que havia pago no ano anterior, a CDU obrigou a Câmara a rever a taxa, com o argumento de que as pessoas com maiores dificuldades iriam pagar muito dinheiro de IMI. Assim, em 2004, a receita do IMI foi de 2,534 milhões de euros e, em 2005, foi de 2,388 milhões de euros, uma perda de quase 200 mil euros, por imposição da CDU, como se na altura o Município tivesse muito dinheiro e não houve problemas no concelho para serem resolvidos.-----

- É necessário ter-se noção que, entre 2005 e 2015, quase que o valor da receita do IMI dobrou, porque se prevê que, em 2015, seja arrecadado o valor de 4,180 milhões de euros, valor que peca por defeito, porque se prevê um aumento de 10% do IMI, o que dará uma receita de cerca de quatro milhões e meio em IMI para o próximo ano.-----

- Não se podem resolver os problemas financeiros do Município com as receitas e com o bolso dos cidadãos.-----

- Admite que, em 2015, a taxa se mantenha igual à praticada em 2014.-----

Presidente da Câmara, José António Correia:-----

Disse que:-----

- Admite que, no próximo ano, se possa rever a data da apresentação das propostas referentes aos impostos municipais.-----

- Já havia essa pretensão, no entanto, este ano, houve o constrangimento de ser o primeiro ano em que os documentos previsionais têm de ser entregues à Assembleia Municipal em outubro, e estas alterações de datas ainda não estavam interiorizadas.-----

- Não se pode comparar unicamente a evolução, relativamente à questão das receitas em sede de IMI, deve ser conjugado com a diminuição das receitas, nomeadamente a gerada pela diminuição das transferências do Estado para o Município.-----

- Os vereadores da CDU, no primeiro ano do IMI, viabilizaram as taxas máximas, mesmo contra o entendimento que a CDU tinha, uma vez que ainda não havia grande conhecimento sobre o assunto.-----

Vice-Presidente, Jorge Amador:-----

Disse que:-----

- Concorda com a sugestão de que se antecipe a data da apresentação das propostas referentes aos impostos municipais.-----

- Peniche é o segundo concelho do Oeste com as taxas do IMI mais baixas. -----
- Falou-se da evolução da receita do IMI no concelho de Peniche, no entanto, deveria ser feita uma avaliação do que aconteceu com os restantes concelhos do Oeste, relativamente ao IMI, onde se verificou um aumento muito mais significativo. -----
- Nesta avaliação, não se pode desligar a questão do IMI da situação do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), onde houve um terramoto, com a significativa redução da receita, com todos os impactes que isso tem. A receita de IMT, em 2011, foi de 1,072 milhões de euros e, em 2014, prevê-se que seja de 650 mil euros. -----
- Não se pode esquecer a Lei das Finanças Locais e o que ela aprovou relativamente aos impostos municipais, onde alguns vão deixar de fazer parte das receitas e tornarem-se um fardo para os executivos. -----
- Qualquer um dos presentes gostaria de reduzir as taxas do IMI, no entanto, existe um conjunto de investimentos que estão incluídos nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento Municipal, que vão exigir um esforço significativo por parte da autarquia, na medida em que se apresenta um quadro em que os orçamentos são mais objetivos, sérios e rigorosos e que correspondem à realidade. -----
- A proposta apresentada é a da manutenção, em 2015, das taxas praticadas no corrente ano, não é proposto nenhum aumento. -----

Vereador Jorge Gonçalves:-----

Disse que: -----

- Entende a questão da Lei das Finanças Locais e das reduções que houve nos municípios, mas esta situação ocorreu também na saúde, na educação, na segurança social e em outros setores, bem como com as pessoas, que também viram reduzidas as suas receitas, com cortes de salários, pensões, etc., pelo que não é possível que o Município tenha, atualmente, a mesma receita que tinha há alguns anos atrás. -----
- Não havendo mais dinheiro, o que existe tem de ser gerido o melhor possível. -----
- O grande problema do IMT é o facto de não haver venda de imóveis.-----
- Relativamente ao IMI, o Município vai ter, em 2015, quase o dobro da receita que teve em 2005, quando o património vale muito menos agora, do que valia em 2005. -----
- Acredita que todos gostariam de reduzir as taxas, mas, para isso, é necessário que sejam trabalhadas outras matérias, como a atualização das avaliações feitas aos imóveis, por parte do Estado, uma vez que, atualmente, a avaliação das casas, para efeitos de IMI, não prevê a desvalorização em relação à sua vetustez. -----
- No próximo ano, a proposta da taxa do IMI tem de ser analisada mais cedo do que a proposta do Orçamento Municipal e em função do que for a arrecadação da receita do IMI. -----

Vereador Luís Ganhão:-----

Disse que: -----

- Tem vindo a dizer, ao longo do tempo, que, no futuro, tal como em outros países da Europa, a questão do IMI fará ganhar ou perder eleições. Isto acontecerá até se aperfeiçoarem os métodos de avaliação dos imóveis. -----
- As questões do IMI são bastante pertinentes, na medida em que interferem com a vida das pessoas. -----
- Concorda com o senhor vereador Jorge Gonçalves, relativamente à questão da receita do IMI, no Município de Peniche, ultrapassar, em 2015, os quatro milhões e meio de euros, tendo em conta que a cláusula de salvaguarda irá desaparecer e, ao desaparecer, será efetuado um conjunto de cobranças que contribuirão para o aumento significativo do valor da receita do IMI. -----
- Estava prevista uma nova avaliação dos prédios, por parte do Ministério da Finanças, e espera que ela seja posta em prática antes das próximas eleições, para que, no orçamento seguinte, este problema já não persista. -----

- É necessário precaver a extinção do IMT, que será em 2017. -----
- Temos de saber viver de uma forma diferente, ou seja, com aquilo que temos, visto o poder central ter reduzido as receitas a todos, e não apenas aos municípios. -----

Presidente da Câmara, José António Correia: -----

Disse que a Câmara Municipal se deve sentir bem por o Município de Peniche ser um dos que tem as taxas mais baixas do IMI. -----

Referiu que tem sido feito um esforço, por parte do Município, para se reduzirem as despesas, deixando de se fazer um conjunto de coisas que seriam interessantes e do agrado dos munícipes.

Deliberação n.º 1104/2014: Deliberado, por maioria, com três votos a favor, dos edis da Coligação Democrática Unitária, e quatro abstenções, dos vereadores do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, para efeitos no disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal que: -----

1. Ao abrigo do n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, seja fixada a taxa de 0,8% para os prédios rústicos, para vigorar no ano de 2015; -----

2. Ao abrigo do n.º 5 do artigo 112.º Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, seja fixada a taxa de 0,35% para os prédios urbanos, para vigorar no ano de 2015; -----

3. Ao abrigo do n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, seja fixada uma majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados que tenham pendentes notificações municipais de intimação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para realização de obras, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou não forem executadas as obras intimadas; -----

4. Ao abrigo do n.º 6 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, seja fixada uma minoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos localizados nos centros históricos do concelho que, tendo sido alvo de notificação municipal de intimação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para realização de obras, tenham sofrido obras de recuperação devidamente comprovadas. -----

Mais foi deliberado que as listagens contendo as situações previstas nos pontos três e quatro sejam apresentadas à Assembleia Municipal até 30 de novembro de 2014, de forma a tornar possível, em tempo oportuno, a liquidação do imposto. -----

A proposta que serviu de base à presente deliberação, apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, dá-se aqui por reproduzida e arquiva-se cópia em pasta anexa ao livro de atas. (Doc.1)--

Os senhores Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

«Declaração de Voto

Fixação da taxa do imposto Municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2015

Os Vereadores eleitos pelo PSD abstêm-se na votação da proposta para as taxas de IMI para o ano de 2015, com os seguintes fundamentos:

- *O PSD entende que deve haver uma redução das taxas de IMI, à semelhança do que aconteceu por iniciativa do PSD e PS em 2012.*

- *A CDU foi contra a baixa do IMI em 2012 e no ano passado pretendia voltar a subir a taxa, algo contra o que a oposição novamente se opôs.*

- *Este ano, apesar de se verificar a manutenção das taxas, foram introduzidas as majorações e as minorações, reivindicação do PSD, instrumento fundamental para promover a reabilitação urbana. Queremos acreditar que desta vez funcione.*

- *Contudo, é fundamental olharmos pelas pessoas de Peniche naquele que é um dos poucos instrumentos em que podemos aliviar o orçamento das famílias. A Câmara pode e deve baixar o IMI, sobretudo porque a receita continua a subir, mesmo com a redução da taxa em 2012.*

Nesse sentido, a abstenção do PSD relativamente às taxas para 2014 vai acompanhada da firme

vontade de as ver baixar em 2015.

Peniche, 30 de Outubro de 2014

Cristina Leitão

Lúis Ganhão» [sic]-----

2) Lançamento de uma derrama, para o ano de 2015:-----

Durante a apreciação do ponto em epígrafe, usaram da palavra os seguintes senhores:-----

Presidente da Câmara, António José Correia:-----

Fez a apresentação da proposta para o lançamento de uma derrama, para o ano de 2015.-----

Vereador Jorge Gonçalves:-----

Disse que, na execução orçamental, até ao dia 28 de outubro de 2014, foram cobrados cerca de derrama 161 011,26 euros, ou seja, 100,6% do que se encontrava previsto para todo o ano de 2014. Acrescentou que a previsão para todo o ano de 2015 é de 150 000,00 euros. Perguntou qual o motivo desta redução.-----

Chefe de Gabinete da Presidência, Jorge Abrantes:

Disse que a justificação para a referida redução se deve ao facto de ter sido utilizado criteriosamente o que as normas para a construção do Orçamento Municipal determinam, para apurar o valor em questão, ou seja, foi utilizada a média dos últimos 24 meses, pelo que foram considerados três meses de 2012 em que a receita foi zero, por não haver derrama nesse ano.---

Deliberação n.º 1105/2014: Deliberado, por maioria, com três votos a favor, dos edis da Coligação Democrática Unitária, e quatro abstenções, dos vereadores do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, para efeitos no disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal o lançamento de uma derrama para o ano de 2015, de 1% (um por cento) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), exceto para os sujeitos passivos com um volume de negócio no ano anterior que não ultrapasse 150 000,00 euros, para os quais será fixada uma taxa de 0% (zero por cento), nos termos e ao abrigo do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Deliberado, ainda, propor a isenção para as entidades que se tenham constituído e tenham instalado a sua sede no concelho de Peniche, nos anos de 2012, 2013 e 2014, ou que tenham alterado a sua sede social para o concelho de Peniche no mesmo período. --
A proposta que serviu de base à presente deliberação, apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, dá-se aqui por reproduzida e arquiva-se cópia em pasta anexa ao livro de atas. (Doc.2)--
Os senhores Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

«Declaração de Voto

Fixação da derrama para o ano de 2015

Os Vereadores eleitos pelo PSD abstêm-se na votação da proposta de manutenção da derrama para o ano de 2015, com os seguintes fundamentos:

- *O concelho de Peniche necessita desesperadamente que aqui se instalem empresas e que as que cá estão cá queiram continuar. Ao Município cabe criar condições para que isto aconteça.*
- *O PSD é, por princípio, contra a derrama, por significar uma perda de competitividade face a outros municípios vizinhos que a não têm e por afastar de cá potenciais investidores que, podendo optar, optarão pelo município onde paguem menos impostos.*
- *Apesar disso, na medida em que a derrama continue a verificar-se necessária para o cumprimento do PAEL, o PSD dispõe-se à sua manutenção.*
- *Contudo, exigirá uma nova avaliação dos valores conseguidos através da derrama e exigirá um esforço extra na redução de despesa do Município, para que a derrama possa deixar de existir o mais depressa possível.*

Peniche, 30 de Outubro de 2014

Cristina Leitão

Luis Ganhão» [sic]-----

3) Participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2015:-----

Deliberação n.º 1106/2014: Deliberado, por maioria, com três votos a favor, dos edis da Coligação Democrática Unitária, e quatro abstenções, dos vereadores do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, para efeitos no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal que a participação no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2015, para inclusão no orçamento municipal de 2016, seja de 5 % (cinco por cento), ao abrigo do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

A proposta que serviu de base à presente deliberação, apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, dá-se aqui por reproduzida e arquiva-se cópia em pasta anexa ao livro de atas. (Doc.3)--

DOCUMENTOS PREVISIONAIS:

A Câmara Municipal apreciou, na globalidade, os seis pontos que se seguem, tendo-se registado as seguintes intervenções:-----

Vereador Jorge Gonçalves:-----

Disse que: -----

- As datas de elaboração e apresentação à Câmara Municipal das propostas para os documentos previsionais ficaram completamente desfasadas das datas previstas no cronograma inicial. -----

- Uma das justificações, para este desfasamento, é o facto de existir um novo calendário orçamental, que obriga o órgão executivo a ter as propostas prontas a serem entregues ao órgão deliberativo até 31 de outubro de cada ano. Mas este novo calendário não é uma novidade de última hora, uma vez que decorre da Lei da Finanças Locais, publicada em setembro de 2013. Este facto leva a que as propostas não sejam discutidas como ele gostaria, devido à escassez de tempo para tal. -----

- O PS, aquando da discussão do Orçamento Municipal para 2014, propôs a introdução de algumas matérias, que foram aceites, mas, até ao momento, ainda não foram executadas. -----

- A CDU julga-se com legitimidade política e eleitoral absoluta para, por si só, impor as suas opções, mas tal facto não acontece, uma vez que a CDU tem uma maioria relativa, e isso deveria ser considerado. -----

- A CDU deveria ter uma postura mais dialogante, por forma a encontrar soluções para uma vontade maioritária, relativamente à aprovação dos documentos previsionais.-----

Vereador Ângelo Marques:-----

Fez a seguinte intervenção que entregou por escrito:-----

«Orçamento e GOP 2015

Muito bem, reitero todas as preocupações e todas as propostas colocadas pelo Jorge Gonçalves, e também as lembranças e até atrevo-me a dizer as recomendações que ele aqui fez.... mas como tinha referido na última reunião de camara, só tinha conseguido ler o orçamento e as GOP 2015 de uma forma muito ligeira, mas como não poderia deixar de ser, procedi nestes últimos dias a uma leitura mais exaustiva e aprofundada dos documentos previsionais. Verifiquei com moderado agrado que se trata de um orçamento que procura ajustar, aquilo que são hoje as dificuldades financeiras do País e obviamente também das autarquias, verifica-se alguma preocupação no controlo da despesa, mas na minha opinião carece de uma estratégia orçamental que possa potenciar as receitas que são exclusivamente da ação do município e

assim permitir disponibilidade financeira para aumentar o investimento da autarquia em setores que possam alavancar a economia.

Parece-me que o cumprimento cabal dos vários regulamentos municipais em vigor, com especial incidência para o Regulamento para licenciamento das atividades de campismo ocasional e caravanismo no município de Peniche, o Regulamento de Publicidade e de Ocupação do Espaço Público, obviamente e se for caso disso a camara pode e deve trabalhar na melhoria deste ultimo que referi, para permitir uma melhor aplicabilidade.

Tendo feito esta nota prévia, irei agora entrar mais detalhadamente nas GOP e nas questões de índole mais politico.

Verifiquei com agrado a inclusão, mais uma vez, como não podia deixar de ser, a construção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia, da biblioteca municipal, da Pousada da Enatur ou mesmo a Marina urbana de Peniche, através de candidaturas ao programa Portugal 2020, questões relacionadas com os resíduos sólidos urbanos nomeadamente a Estação de transferência de Alto Veríssimo, ou noutra vertente a continuidade de uma etapa do campeonato do mundo de surf em Peniche e também uma especial referência à intenção de uma intervenção alargada na rede viária do concelho, (e sobre esta matéria irei retomar a minha intervenção mais à frente). Numa dimensão mais micro, mas não tão micro que permita vir com o nome errado, refiro-me á futura reabilitação do cruzeiro Manuelino na Coimbra, e não pelourinho como vem sinalizado nas GOP, sendo eu natural da Coimbra sei bem do adiamento constante dessa obra e como é uma reivindicação da população de há longa, por isso demonstro aqui essa minha satisfação, mas garantindo que irei estar atento à execução da mesma.

Mas, quero também dizer que em abono da verdade e apesar do mérito e da bondade de algumas das medidas evidenciadas nas GOP, sinto algumas dúvidas se depois esse mérito e bondade é refletido nas rubricas orçamentais.

Agora trato aqui uma temática que tem a ver com uma atividade multidisciplinar e multifacetada que é o Turismo, realço a intenção de continuação do) do município AFIA (Feira Internacional do Artesanato), na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) no Fórum do Mar (Oceano XXI – Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar). A continuação da aposta na Renda de Bilros de Peniche, a continuidade das marcas “Peniche-Capital da Onda” e “Berlenga - Reserva da Biosfera da UNESCO”. Destaco também a Realização em 2015 do Fórum do Turismo do Concelho de Peniche em articulação com a ESTM e por fim um festival muito caro ao Partido Socialista a intenção de retomar o “Festival Sabores do Mar”.

Sendo tudo isto positivo, e indo de encontro ao que referi anteriormente sinto que depois em orçamento esse positivismo pode não estar devidamente refletido nas rubricas orçamentais, mas como o Sr. Presidente já o disse neste órgão e como o Sr. Vice-presidente, também o fez aquando da reunião do estatuto da oposição, isto é um documento ainda em aberto e sendo um documento em aberto, e também porque foi uma das questões que o Partido Socialista venceu na campanha eleitoral de 2013, e que tem hoje ainda mais premência com todas estas propostas do que ao turismo diz respeito, permitam-me que destaque a promoção turística do nosso concelho, aspetos como a identificação dos nossos recursos turísticos/património histórico com sinalética adequada e atrativa, e não menos importante os suportes de comunicação refiro-me aos flyers desdobráveis, panfletos cartazes que pese embora o excelente trabalho gráfico do nosso técnico Vítor Glória parece-me essencial o reforço de uma verba para o que eu chamo a promoção turística do concelho, com a certeza que isso terá retorno a um curto/ médio prazo, mas diga-se me abono da verdade, parece-me muito estranho que tenha que ser a oposição a colocar esta matéria em cima da mesa e não a força politica que detém todos os pelouros no município de Peniche

Em matérias como a Reabilitação urbana, empreendedorismo e não há uma única palavra nestas GOP.

E retomando a questão das redes viárias, existe um propósito já há muitos anos por parte da câmara que tem a ver com a construção dos arruamentos e passeios junto à porta da Alfandega, essa obra ganha ainda mais importância devido ao elevado número de utentes cerca 100 pessoas por dia oriundas dos concelhos dos distritos de Leiria e Santarém, e como tal acho determinante a realização desta obra em 2015, entroncado naquilo que o Sr. Vice-presidente mencionou na última reunião de câmara e que é fátual ou seja que o Sr. Presidente de Junta de Ferrel, não tinha estado presente numa reunião e que pelo que me foi dado a conhecer tanto o Secretário como o Tesoureiro da Junta não estavam devidamente preparados, não por falta de conhecimento ou competência mas porque tiveram falta de tempo para preparar a reunião e como tal falei com o Sr. Presidente de Junta e trago aqui alguns dos seus anseios, que passo a enumerar:

- Penso ser determinante a câmara saldar o valor com a Junta de Freguesia de Ferrel de Compromissos assumidos, por todos nós aquando da negociação do contrato de delegação e competências, e que inclusivamente a junta de freguesia mandou um ofício ao Sr. Presidente sobre esta temática.*
- Relativamente às Redes Viárias, destaco com caráter de urgência o asfaltamento da Rua do Talefe e da Rua do Cerco*
- Projeto e materiais para construção do Passeio/ciclovía na Rua Cruz das Almas, e Rotunda no entroncamento com a Avenida da Praia, mão-de-obra seria cedida pela junta de freguesia.*
- O mesmo para a Ciclovía entre Ferrel e Parque das Merendas, parece-me que sendo um projeto sem avultados custos para o Município iria criar uma atratividade e uma apazibilidade que a população de Ferrel merece.*

Continuando agora na localidade do Baleal

- Fornecimento de projeto e materiais ficando a mão-de-obra por conta da Junta Construção do Passeio do lado Sul da Avenida do mar, e Asfaltar com os 4cm que faltam. Pôr em prática o projeto na frente do Surfer's Lodge, e resolver a Questão da travessa das pedras muitas, asfaltamento e saneamento.*
- E brevemente vamos ter a festa do Baleal, recorde a necessária Requalificação do Largo da Capela de Santo Estevão e Largo da Figueira.*
- Refiro também algumas obras de pequena monta:*
- Projeto de embelezamento nos chuveiros de praia*
- Fornecimento de materiais para arranjo da vedação de proteção na parte de trás da ilha do Baleal.*

Em suma, Apesar das intenções deste orçamento, de uma forma geral, serem positivas, verificam-se diversas falhas em determinados sectores, nomeadamente o Turismo, Reabilitação urbana (inexistência de incentivos, programas locais emanados de programas nacionais que existem, etc.), empreendedorismo, higiene e limpeza do Concelho. Por outro lado, o documento das GOP está repleto de lamentações sobre aquilo que o orçamento de Estado transfere ao Concelho, aliás prática de vários anos e mandatos da CDU no executivo camarário. Neste capítulo, até compreendemos as dificuldades que resultam da diminuição de verbas para os municípios e da falta de respeito deste governo ao estatuto do poder local, mas quando somos eleitos para cargos públicos o nosso único objetivo é usar da forma mais eficaz e eficiente os recursos disponíveis e colocá-los ao serviço das populações.

Ainda dizer que relativamente à carga fiscal, e ao contrário do que a CDU reivindica constantemente na assembleia da república, esta câmara governada pela CDU mais uma vez não demonstra qualquer disponibilidade para baixar a despesa das famílias do nosso concelho, nomeadamente o IMI e IRS. Considero que teria sido importante aliviar a carga fiscal sobre as famílias do nosso concelho.

Relativamente às grandes obras que o executivo da CDU se compromete a levar a cabo,

verificamos que grandes partes delas estão dependentes do programa Portugal 2020. Esta situação leva-nos duvidar da sua realização, à luz daquilo que foi o processo do Centro escolar da Atouguia da Baleia, até hoje apenas uma miragem. Destes projetos, quais estão prontos a ser apresentados? Há projeto para a 2.ª fase do Fosso da Muralha? E a biblioteca municipal, como resolver o problema das estruturas expostas durante todos estes anos? E a Marina, existe alguma parceria nesse sentido? Muitas questões colocam-se.

Conclusão, o executivo da CDU não tem uma estratégia a médio e a longo prazo, e como tal dificilmente o nosso concelho irá desenvolver-se social e economicamente. E como estas propostas levantadas por mim e outras que sei que o Jorge Gonçalves dificilmente serão incluídas nos documentos previsionais Torna-se muito difícil estar ao lado da aprovação deste orçamento e destas GOP.

Disse...» [sic]-----

Vereador Luís Ganhão: -----

Disse que: -----

- Iria colocar algumas questões que o preocupam e que não se encontram traduzidas em orçamento ou não se apresentam com valores que lhe possam dar fiabilidade de execução.-----
- A revisão do PDM tem pouca verba para a sua execução, nomeadamente pela futura ausência do dirigente que coordena esse assunto.-----
- A regeneração e o planeamento dos centros urbanos são questões em que o Município deveria apostar, nomeadamente de Peniche, Atouguia da Baleia e Ferrel.-----
- A parceria existente com o projeto de energia gerada pelas ondas é muito referenciada, mas desnecessariamente, uma vez que se trata de um projeto ainda em estudo e com muito por fazer, quando se podia alinhar em situações mais racionais e com objetivos mais concretos.-----
- Ao nível das juntas de freguesia do concelho, gostaria que todas participassem de uma forma mais envolvente, para evitar o surgimento de alguns problemas, como se tem vindo a verificar. --
- Deveriam ser contempladas verbas no orçamento que ajudassem a melhorar o trabalho efetuado na área do turismo.-----
- É importante que se continue a dinamizar a política cultural.-----
- Relativamente ao futuro edifício da Biblioteca Municipal, tem de ser definido o que se pretende fazer, com objetivos concretos e claros.-----
- O Murraçal da Ajuda continua a ser uma situação que, apesar de muito falada, não há o desenvolvimento de qualquer projeto, passando-se o mesmo em relação à instalação de uma pousada da Fortaleza de Peniche.-----
- Apesar da escassez de verbas, é importante que haja uma folga para a atribuição de mais algumas bolsas de estudos, uma vez que ainda existem muitas dificuldades ao nível de acompanhamento económico para os estudos.-----
- É importante que se continue o trabalho de valorização das rendas de bilros, quer nas escolas, quer na participação a nível internacional.-----
- É necessário que a ETRS comece a funcionar em condições, o mais rapidamente possível, para que não haja qualquer tipo de constrangimento pela forma como se apresenta e trabalha.-----
- Gostaria de questionar a presidência sobre o motivo de nunca ter optado pela colocação de energias renováveis nos edifícios e equipamentos do Município, nomeadamente Piscinas Municipais ou Parque Municipal de Campismo e Caravanismo, aproveitando candidaturas para cofinanciamento. Tratava-se de um desperdício, não só energético como de receita.-----
- O Pinhal Municipal do Vale Grande, que é uma área extremamente importante do concelho e que podia ser uma fonte de rendimentos, acaba por ser remetido para uma posterior gestão, nas Grandes Opções do Plano, mas são gastos cerca de 50 mil euros, por ano, com o gabinete florestal, sem que sejam vistos quaisquer resultados.-----
- Esteve no Mercado Municipal de Torres Vedras, que se apresenta cheio de gente, com

dinâmica e ativo, contrariamente ao que acontece com o Mercado Municipal de Peniche. -----

- Relativamente ao trânsito, há muitas coisas para se fazer, no entanto, gostaria de salientar o valor que está orçamentado para todo o concelho, durante o ano, para sinais de trânsito, quando há conhecimento que existe muito vandalismo nesta área. Perguntou se a verba prevista no Orçamento Municipal é insuficiente para as necessidades. -----

- Está previsto um conjunto de obras municipais, referentes a algumas solicitações e reivindicações da oposição, mas, quando traduzidas no Orçamento Municipal, verifica-se que a verba para a sua execução é muito pequena, como o caso do alargamento do cemitério de Ferrel, que tarda em ser concretizado e é um assunto que necessita de uma resposta imediata. -----

- Está a ser efetuado um bom trabalho na área da Ação Social, onde está incluído todo o trabalho na área social e o apoio à IPSS e outras coletividades. -----

- Relativamente à freguesia de Ferrel, e uma vez que o senhor vereador Ângelo Marques já fez referência a algumas situações, gostaria de, uma vez mais, as reivindicar, nomeadamente a questão dos arruamentos que se encontram completamente deteriorados; a inexistência de depósitos elevados de água; a Ribeira do Serrado e toda a Avenida da Praia que continuam a receber esgotos e a requalificação da Praia da Almagreira, futuramente frequentada pelos campistas de um novo parque de campismo. -----

- Relativamente à construção de um passeio na Rua Francisco Silvestre, na ilha do Baleal, para a qual está prevista uma verba de cerca de 3 mil euros no orçamento, julga que essa construção não é necessária.-----

- É importante que a iluminação de Natal, na cidade, seja melhorada e que haja, por parte do Município, apoio às freguesias para que, também no resto do concelho, haja alguma animação durante a quadra natalícia. -----

- Outra questão importante é o apoio às juntas de freguesia, através da disponibilização dos materiais necessários à execução das obras da sua responsabilidade.-----

Presidente da Câmara, José António Correia: -----

Disse que: -----

- Sendo Peniche um concelho muito assimétrico, do ponto de vista social, iria ser dada e reforçada toda a atenção dispensada à área da Ação Social.-----

- Relativamente à questão do turismo, foram feitas opções muito complicadas, nomeadamente foram efetuados cortes, principalmente nos pelouros da sua responsabilidade, no entanto, com o desempenho de 2014 e as previsões para o ano de 2015, determinados aspetos irão ser melhorados. -----

- Relativamente ao desrespeito pelas solicitações da oposição, é uma questão que se coloca mais nos temas que a presidência gostaria de fazer, e não faz, do que propriamente pelos temas que são colocadas pela oposição, particularmente pela incapacidade de responder às solicitações, quer internas, quer externas. -----

- A definição da denominação do Conselho Municipal do Turismo ou Fórum do Turismo de Peniche, resultará do trabalho protocolizado com a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar. -----

- Não obstante o nível de promoção de Peniche ter passado para uma dimensão incomparável, apesar de todos os constrangimentos, torna-se necessário fazer um ajuste com ações mais concretas do que é a imagem do próprio concelho. -----

- O Festival Sabores do Mar foi incluído numa perspetiva de execução, no caso de haver condições para o seu financiamento. -----

- Relativamente às obras do piso da Ribeira Velha, pontão do Porto da Areia Sul e prolongamento do esporão perpendicular ao Molhe Oeste, e uma vez que já foi ultrapassada a questão institucional e de organograma, o projeto encontra-se, atualmente, em execução e espera-se que esteja numa fase bastante avançada até ao final do ano. -----

- Relativamente à instalação de uma pousada na Fortaleza, face ao quadro de apoio comunitário que vier a ser apresentado, há que desafiar novamente o Turismo, gestor das Pousadas de Portugal, ou partir para uma nova solução.-----
 - Considera que a presidência da Câmara Municipal, da responsabilidade da Coligação Democrática Unitária, tem uma estratégia de desenvolvimento, e bem alicerçada.-----
 - Já está a trabalhar no que pode vir a ser a substituição do engenheiro José Pires, nomeadamente na coordenação dos trabalhos e chefia da divisão que substituirá o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, assim como o levantamento do que está a ser desenvolvido para, posteriormente, ser definido o quadro de recursos.-----
 - Acredita que existirão condições para a concretização do projeto do Vale do Grou. A constituição de unidades de execução para algumas das parcelas do plano do Vale do Grou terá de ser feita com o envolvimento dos empresários.-----
 - Concorde com o que o senhor vereador Luís Ganhão referiu, relativamente ao reforço das verbas para atribuição de bolsas de estudo e que é um aspeto sem dificuldades de execução.-----
 - O Mercado Municipal é um dos domínios onde há necessidade de intervenção.-----
 - Em relação à obra da Biblioteca Municipal, é necessário que seja clarificado o seu enquadramento, em termos do programa Portugal 2020, havendo duas opções, no caso da obra não se enquadrar no programa, que passam pela execução da obra tal como se encontra, com recursos próprios, ou fazer a obra de uma forma faseada.-----
 - Considera muito oportuna a questão colocada pelo senhor vereador Luís Ganhão relativamente à praia da Almagreira, no sentido de tudo se fazer para que a praia tenha um enquadramento de valorização.-----
 - Há a necessidade de se encontrar formas de repartição dos investimentos pelas diversas freguesias do concelho, dadas as questões levantadas por cada uma das freguesias.-----
 - A iluminação de Natal, e o apoio às freguesias, é uma situação que será considerada na fase operacional.-----
- Vice-Presidente, Jorge Amador:** -----
- Disse que: -----
- Qualquer membro deste executivo pode e deve fazer os comentários que entender para valorizar o que faz e os projetos da sua força política ou dar conhecimento dos programas da sua força política.-----
 - A CDU ganhou as eleições autárquicas e a presidência da Câmara Municipal, pelo que é natural que seja a CDU a apresentar as propostas como as que estão a ser apreciadas.-----
 - Relativamente ao respeito pelos outros partidos, ele existe e é muito, na medida em que, com mais ou menos dificuldades, com atrasos ou não na apresentação das propostas, são sempre ouvidos os partidos com assento na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, respeitando o estatuto do direito de oposição. Esta é uma prática que, com todos os defeitos e virtudes que possa ter, foi instituída pela CDU, pois é uma situação que não se verificava antes da chegada da CDU à presidência da Câmara Municipal.-----
 - Lança o desafio, aos partidos da oposição, de ser criado um documento que, à partida, em termos de conteúdo e de composição, possa ter uma maior abrangência, ou seja, em 2015, cada uma das forças políticas apresentaria, até julho ou agosto, as suas propostas, relativamente aos assuntos em questão, servindo estas de base à apresentação da proposta final, facilitando desta forma a elaboração dos documentos previsionais do Município.-----
 - A proposta para as Grandes Opções do Plano reflete o programa eleitoral da CDU, que, em determinadas matérias referidas pelos senhores Vereadores, no essencial, era muito semelhante ao das outras duas forças políticas.-----
 - Este orçamento é um orçamento com uma vertente social fortíssima, caracterizada pelo apoio social escolar, pelo maior número de refeições escolares, pelas bolsas de estudo, pelo apoio às

instituições particulares de solidariedade social e pelas intervenções nos bairros sociais. Para além da vertente social, este Orçamento Municipal apresenta-se também como o orçamento da educação. -----

- Relativamente à questão da descentralização para as freguesias, os valores são os mais altos, não por serem acompanhados de mais competências, uma vez que estas se mantêm. -----

- Quanto ao compromisso que foi assumido com a Junta de Freguesia de Ferrel, relativamente ao acerto do pessoal, este foi feito em maio de 2014, com o pagamento do valor de 12 086,73 euros.

- O Município está a trabalhar no levantamento de uma intervenção alargada em termos de sinalização de trânsito, nomeadamente sinalização horizontal, de forma a permitir uma maior segurança rodoviária. -----

- Existe o problema da propriedade dos terrenos necessários para o alargamento do cemitério da Freguesia de Ferrel, que tem de ser resolvido, em conjunto, o mais rápido possível. -----

- A presidência reuniu-se com todas as Juntas de Freguesia e pediu-lhes para fazerem chegar os seus contributos por escrito. -----

- No que toca às questões da energia, piscinas e parque de campismo, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal apontam no sentido da necessidade de haver investimento para poupar. -----

- Em relação à ETRS, está a ser feito o trabalho preparatório nos estaleiros e a obra está a ser acompanhada por dois técnicos, os engenheiros Francisco Silva e Filipa Clara, conjuntamente com o encarregado. -----

- Sobre o Centro de Canoagem do Oeste, ficou definido que, logo que saia o Programa Operacional do Centro, o assunto vai ser apreciado e selecionado o caminho a optar. -----

- Os sanitários provisórios não foram colocados junto ao Mercado Abastecedor porque não se sabia onde colocar, como colocar e que aproveitamento iriam ter. Foi lançando um desafio para se arranjar uma solução funcional e estética. -----

- A reestruturação do Mercado Municipal deve ser considerada como uma questão essencial neste mandato: Encontrar uma solução que dignifique o Mercado Municipal. -----

- Está na altura de se fazer uma intervenção no caminho que liga os Casais do Baleal à praia da Almagreira, sendo o ideal o alcatroamento, mesmo que de uma forma faseada. -----

- A proposta apresentada para Orçamento Municipal e de Grandes Opções do Plano, relativamente à rede viária, é clara, no sentido de que se trata de uma das principais prioridades para 2015. -----

- Este Orçamento Municipal, para os próximos três anos, aponta uma questão fundamental, que é dotar o Município de equipamentos que permitam realizar mais e melhor trabalho, poupando naquilo que há a poupar. -----

Vereador Jorge Gonçalves: -----
Disse que: -----

- Estão em causa opções em que, na maioria, estão todos de acordo, no entanto, quando são apropriadas por um só partido, torna-se evidente a dificuldade de encontrar consensos. Ou seja, quando uma proposta é aprovada o documento deixa de ser do proponente e passa a ser de todos os que a aprovaram, se o proponente continuar a reclamar a paternidade exclusiva do documento, então ele que o aprove sozinho. -----

- O eleitorado, ao retirar a maioria absoluta na Câmara Municipal à CDU, disse que não queria que a CDU continuasse a governar o Município sozinha. -----

- Está a ser cumprido o estatuto do direito de oposição, mas em parte, uma vez que estão a ser ouvidos os partidos da oposição, mas existem outras responsabilidades do ponto de vista de quem exerce o poder, como, por exemplo, nas decisões mais importantes para o Município, e que não se resumem só ao plano e ao orçamento, também deve haver conversação com os partidos da oposição. -----

- O Partido Socialista defende que, para o próximo ano, haja um orçamento participativo. -----
- Relativamente ao Centro de Canoagem do Oeste, aos sanitários do Mercado Abastecedor e ao Mercado Municipal, uma vez que se assumem compromissos, é necessário mostrar alguma coisa já efetuada, mesmo que seja mínima. -----
- Quanto à rede viária, nomeadamente a do Casal Moinho, foi um erro deixar-se passar o verão para a sua execução, na medida em que se deveria ter executado com a perspetiva da sua utilização durante a época de verão.-----
- Existe muito por fazer, do ponto de vista da receita, quer na publicidade quer na ocupação da via pública, visto que os valores previstos e os valores executados, nestas duas áreas, são significativamente diferentes. -----
- Relativamente à revisão do PDM, há a necessidade de definir uma estratégia, saber-se qual o planeamento existente nesta área. -----
- Gostaria de saber como se irá resolver a situação das infraestruturas para conclusão do plano de urbanização do Vale do Grou.-----
- Não há uma única medida de estímulo no que diz respeito à reabilitação urbana. -----
- Gostaria de saber qual o apoio que o Município tem dado às candidaturas da regeneração urbana, que julga ser só um apoio técnico. -----
- Relativamente ao projeto de energia gerada pelas ondas, gostaria que fosse explicado em que consiste a parceria existente com a empresa finlandesa, ou se existe algum contrato de parceria assinado de que possam ter conhecimento.-----
- No programa Portugal 2020, o único projeto que se encontrava em condições para ser executado é do Centro Escolar de Atouguia da Baleia, pelo que gostaria de saber quais são os outros projetos que mencionam ter financiamento comunitário.-----
- Uma vez que o Município vai prosseguir com a sua política de descentralização com as quatro freguesias, gostaria de saber quais as competências a descentralizar, e se esta questão é apenas uma intenção ou é para concretizar. Quanto à execução das obras até 50 mil euros, por parte das Juntas de Freguesia, questiona-se se estas possuem o pessoal técnico necessário para as executar.
- Se a Câmara Municipal quer que o turismo seja um dos sectores a apostar, está na altura de fazer opções, nomeadamente com a criação de um documento de promoção do concelho, e não utilizar apenas as ações intermunicipais. -----
- Em relação às Piscinas Municipais, dever-se-ia ir mais longe do que o que está previsto, não considerando somente as iniciativas, mas também o problema da climatização do ar e a conservação do edifício. -----
- Dever-se-ia tentar encontrar outras soluções para poupar energia, em alternativa ao apagar as luzes da entrada da cidade, situação que causa má imagem. -----
- O projeto de reordenação do trânsito na zona central da cidade, tendo sido aprovado no mandato passado, deveria ser presente a reunião da Câmara Municipal para conhecimento ou para ratificação.-----
- A Rede Nacional de Bibliotecas Pública impôs à Câmara Municipal que se executasse um modelo de biblioteca como o que foi projetado para o novo edifício, ficando subjacente um quadro de pessoal enorme. Uma vez desaparecido o apoio comunitário e da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a Câmara tem todo o interesse em reequacionar aquele espaço e projeto.----
- Deveriam ser definidas as prioridades na intervenção à rede viária. -----
- Relativamente ao apoio ao arrendamento jovem, gostaria de receber a informação de quantas candidaturas deram entrada através do Município, quantas foram aprovadas e o meio de divulgação deste apoio utilizado em Peniche. -----
- No sector da saúde, não está mencionada a modernização do Centro de Saúde, devendo haver um envolvimento da Câmara com o Ministério da Saúde relativamente a este assunto. -----
- Está no momento de acrescentar valor a Peniche e existem medidas que julgava fundamentais

nesse sentido, nomeadamente a reabilitação urbana, o tratamento do espaço público e privado, melhoria da qualidade de oferta nas praias do concelho, melhoria do ambiente com a limpeza, tratamento e cuidado do espaço público, aumento da qualidade da gastronomia, melhoria da ligação do concelho de Peniche ao de Óbidos através do Moinho Velho, possibilidade de realização de eventos que possam atrair as pessoas para a cidade de Peniche no período de realização do campeonato mundial de surf. -----

- Relativamente ao programa Portugal 2020, há disponibilidade, por parte do Partido Socialista, de apoiar empréstimos que sirvam de alavanca a estes projetos, porque se não forem concretizados nesta fase, em que existem apoios, não é depois, quando o financiamento desses projetos for totalmente suportado pelo Município, que serão executados. -----

- Fez uma análise comparativa e verificou que, a título de exemplo, para a freguesia de Serra d'El-Rei estão previstos cerca de 434 mil euros e para a freguesia de Ferrel estão previstos 200 mil euros, pelo que, com estas disparidades, não é possível ao Partido Socialista viabilizar os documentos previsionais do Município, para 2015, na forma como foram apresentados. -----

- Lamenta que não tenha havido mais tempo para que, com a contribuição do Partido Socialista, se tenham encontrado outras soluções que permitissem a viabilização dos documentos. -----

Presidente da Câmara, José António Correia: -----

Disse que: -----

- Relativamente à questão do programa Portugal 2020, não haverá nenhum projeto enquadrável no programa que não seja aprovado pela Câmara Municipal. -----

- Relativamente ao campeonato do mundo de surf, as pessoas sabem onde querem ir, e não tem a ver com maior ou menor divulgação, mas sim com questões de fidelização. -----

- A questão da ligação Peniche/Óbidos é uma questão muito antiga na qual se deve insistir, verificando quais as formas de o fazer, mas que tem custos muito elevados. -----

- Se for verificado todo o investimento que foi efetuado, concluir-se-á que Ferrel é uma povoação onde se tem feito investimento, também através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----

- No que diz respeito à rede viária, particularmente no que se refere à freguesia de Ferrel, será incluído nos documentos o nome das ruas que serão beneficiadas, durante o ano 2015, nomeadamente, Rua do Talefe, Rua do Cerco, Rua das Flores e Rua das Rosas, com o compromisso de essa intervenção se realizar. -----

Vereador Jorge Gonçalves:-----

Disse que, considerando a abertura manifestada pela presidência da Câmara Municipal para a resolução de alguns assuntos, o Partido Socialista iria abster-se na votação dos documentos previsionais da Câmara Municipal. -----

4) Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2015:-----

Deliberação n.º 1107/2014: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com três votos a favor, dos edis da Coligação Democrática Unitária, e quatro abstenções, dos vereadores do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2015. A proposta apresentada pelo senhor Presidente à Câmara Municipal dá-se aqui por reproduzida e arquiva-se cópia em pasta anexa ao livro de atas. (Doc.4)-----

5) Orçamento do Município de Peniche, para o ano de 2015: -----

Deliberação n.º 1108/2014: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com três votos a favor, dos edis da Coligação Democrática Unitária, e quatro abstenções, dos vereadores do

Partido Socialista e do Partido Social Democrata, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Orçamento do Município de Peniche, para o ano de 2015. A proposta apresentada pelo senhor Presidente à Câmara Municipal dá-se aqui por reproduzida e arquiva-se cópia em pasta anexa ao livro de atas. (Doc.5) -----

Os senhores Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

«Declaração de Voto

Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015

Os Vereadores eleitos pelo PSD abstêm-se na votação da proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, com os seguintes fundamentos:

- *As propostas que o PSD apresentou foram introduzidas na proposta de Grandes Opções do Plano, nomeadamente a exigência de concretização daquela que tem de ser a prioridade no nosso concelho: a construção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia, que já devia estar em funcionamento e só não está devido a inércia da CDU. A construção deste equipamento, fundamental para a freguesia de Atouguia da Baleia e para o concelho, será objeto de atenção redobrada, para evitar que se voltem a desperdiçar oportunidades, como aconteceu até agora.*

- *O PSD chamou a atenção para diferentes falhas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento:*

1. *A relação entre o Município e as Freguesias não está suficientemente equilibrada e o PSD continua a defender a revisão do modelo de financiamento das freguesias, para que este se torne mais justo.*

2. *O PDM, cuja conclusão é fundamental para o progresso do nosso concelho, está praticamente sem verba no Orçamento, o que denuncia que não é uma prioridade para a CDU, apesar dos pregões em contrário.*

3. *O Turismo, outra bandeira da CDU, está sem verba, o que prova que não passa também de publicidade sem substância: fazer o que é preciso - e é muito! - para melhorar as condições turísticas do concelho de Peniche não faz parte dos objetivos do Executivo CDU, desde as coisas mais simples às mais complexas.*

4. *A Estação de Transferência de Resíduos Sólidos de Atouguia da Baleia, que nos deve envergonhar pela forma como funciona, precisa urgentemente de intervenção.*

5. *A Biblioteca, vergonha máxima de laxismo e incapacidade da CDU, com verba de mera abertura de rubrica, continua por repensar e por terminar, apesar do potencial que tem como equipamento cultural para a Cidade.*

6. *O Murraçal da Ajuda continua, uma década depois, abandonado, sem se saber porquê e até quando.*

7. *O Mercado Municipal é um espaço sem gente e sem dinamismo apesar do potencial que tem; basta ver o que outros concelhos fizeram com os seus mercados, tornando-os espaços dinâmicos, cheios de vida e atividade.*

- *Genericamente, entendemos que é fundamental haver uma maior objetividade e conseqüente concretização das Grandes Opções do Plano no Orçamento.*

Peniche, 30 de Outubro de 2014

Cristina Leitão

Luís Ganhão» [sic]-----

6) Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2015: -----

Deliberação n.º 1109/2014: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º

35/2014, de 20 de junho, por maioria, com três votos a favor, dos edis da Coligação Democrática Unitária, e quatro abstenções, dos vereadores do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2015, que aqui se dá por reproduzida e de que se arquiva cópia em pasta anexa ao livro de atas. (Doc.6) -----

7) *Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2015:* -----

Deliberação n.º 1110/2014: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com seis votos a favor, dos edis da Coligação Democrática Unitária e do Partido Socialista e da senhora Vereadora Cristina Leitão, do Partido Social Democrata, e uma abstenção, do senhor Vereador Luís Ganhão, do Partido Social Democrata, submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2015, que aqui se dão por reproduzidas e de que se arquiva cópia em pasta anexa ao livro de atas. (Doc.7 NIPG 14056/14)-----

8) *Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2015:* -----

Deliberação n.º 1111/2014: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2015, que aqui se dá por reproduzida e de que se arquiva cópia em pasta anexa ao livro de atas. (Doc.8 NIPG 14056/14) -----

9) *Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2015:* -----

Deliberação n.º 1112/2014: Deliberado, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2015, que aqui se dá por reproduzida e de que se arquiva cópia em pasta anexa ao livro de atas. (Doc.9 NIPG 14056/14) -----

CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:

10) *Autorização prévia ao Município de Peniche para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano:* -----

Deliberação n.º 1113/2014: Deliberado, por unanimidade:-----

1. Solicitar à Assembleia Municipal que autorize o Município a assumir compromissos plurianuais que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----
2. Solicitar à Assembleia Municipal que, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, a autorização referida no número anterior abranja, também, os encargos não previstos nos documentos previsionais desde que não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o que prazo de execução seja de três anos;-----
3. Que a autorização referida nos números anteriores seja na condição de que, além das

condições acima previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, assim, como, cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas; -----

4. Que, caso a Assembleia Municipal conceda a autorização referida nos pontos 1 e 2, a Câmara Municipal delega no seu presidente a assunção de compromissos plurianuais, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública; -----

5. Que, caso a Assembleia Municipal conceda a autorização referida nos pontos 1 e 2, a Câmara Municipal prestará informação àquele órgão onde constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica. -----

A informação do Departamento Administrativo e Financeiro, datada de 23 de outubro de 2014, que serviu de base à presente deliberação, subscrita pelo senhor Presidente da Câmara, em 24 de outubro de 2014, dá-se aqui por reproduzida e arquiva-se cópia em pasta anexa ao livro de atas. (Doc.10 NIPG 14903/14) -----

11) *Autorização prévia aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano:* -----

Deliberação n.º 1114/2014: Deliberado, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização prévia para que, no ano de 2015, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento possam assumir os compromissos plurianuais identificados em orçamento, que constam em mapa que aqui se dá por reproduzido e de que se arquiva cópia em pasta anexa ao livro de atas, e autorização prévia genérica para que os mesmos serviços possam assumir outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano. -----

As deliberações do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, tomadas em reunião de 6 de outubro de 2014, dão-se aqui por reproduzidas e arquiva-se cópia em pasta anexa ao livro de atas. (Doc.11 NIPG 14057/14) -----

Os senhores Vereadores do Partido Socialista informaram que iriam entregar declarações de voto sobre a fixação de impostos e os documentos previsionais do Município, o que não fizeram até ao fecho da presente ata. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 1115/2014: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora do dia trinta e um de outubro de dois mil e catorze, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, *Josselene Nunes Teodoro*, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, subscrevo e com ele assino. -----